

RUMO AO FUTURO QUE QUEREMOS

Acabar com a fome e fazer a transição para sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis

O futuro que queremos não se concretizará enquanto a fome e a subnutrição persistirem, e não se materializará também sem uma gestão sustentável dos sistemas agrícolas e alimentares. Para alcançar um mundo sem fome através do desenvolvimento sustentável os participantes do Rio +20 devem comprometer-se a:

1. Acelerar o ritmo de redução da fome e da subnutrição, com vista a erradicá-los no futuro próximo.
2. Utilizar as *Diretrizes Voluntárias para Apoiar a Realização Progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional* e as *Diretrizes Voluntárias para uma Governança Responsável da Posse da Terra, Pescas e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional*, que formam o enquadramento geral para alcançar a segurança alimentar e um desenvolvimento sustentável e equilibrado.
3. Apoiar os esforços de todos aqueles que trabalham na alimentação e agricultura, especialmente nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, para implementar abordagens técnicas e políticas para o desenvolvimento agrícola que integrem a segurança alimentar e os objetivos ambientais.
4. Assegurar uma distribuição equitativa dos custos e benefícios da transição para um consumo e uma produção agrícola sustentáveis, e para que os meios de subsistência das pessoas e o acesso aos recursos sejam protegidos.
5. Adotar abordagens integradas para a gestão de múltiplos objetivos e vincular as fontes de financiamento para alcançar a sustentabilidade dos sistemas agrícolas e alimentares.
6. Implementar reformas de governação com base nos princípios da participação, transparência e responsabilidade para assegurar que as políticas sejam realizadas e os compromissos sejam cumpridos. O Comité de Segurança Alimentar Mundial pode servir de modelo para essas reformas.

Os sistemas agrícolas e alimentares são fundamentais para pessoas e ecossistemas saudáveis

Fundamentalmente, uma vida saudável e produtiva depende da segurança alimentar e nutricional. No entanto, centenas de milhões de pessoas sofrem de fome e de outras deficiências nutricionais, e a maioria dessas pessoas obtém a sua subsistência da agricultura. Devemos reconhecer que os milhões de pessoas que gerem sistemas agrícolas – desde os mais pobres até aos produtores mais comercializados – constituem o maior grupo de gestores de recursos naturais na Terra. As suas decisões, bem como as dos 7 bilhões de consumidores do mundo, são a chave para a segurança alimentar global e para a saúde dos ecossistemas mundiais. As condições necessárias para alcançar a segurança alimentar universal e a nutrição, a gestão ambiental responsável e uma maior equidade na gestão de alimentos cruzam-se nos sistemas agrícolas e alimentares ao nível global, nacional e local.

- Os pequenos agricultores cultivam cerca de 80 por cento das terras aráveis em África e na Ásia.
- Três quartos dos pobres e esfomeados do mundo vivem em áreas rurais e a maioria deles depende da agricultura e atividades relacionadas para a sua subsistência.
- Quarenta por cento das terras degradadas do mundo estão localizados em áreas com altas taxas de pobreza.
- Os ecossistemas agrícolas são de longe os maiores ecossistemas geridos em todo o mundo. A gestão sustentável dos recursos agrícolas é a chave para o desenvolvimento sustentável.
- A agricultura e a pecuária usam 70 por cento de todo o consumo de água e, juntamente com a silvicultura, ocupam 60 por cento da superfície terrestre do planeta.
- Apenas a produção animal utiliza 80 por cento da área total de cultivo e pastagem.
- Os sistemas alimentares consomem 30 por cento da energia do mundo.
- Os oceanos cobrem 70 por cento da superfície da terra e sustentam a pesca e aqüicultura; a aqüicultura também é responsável por uma crescente parcela do uso da terra e da água doce.
- A agricultura é responsável por cerca de 30 por cento das emissões totais, e prevê-se que seja uma fonte significativa de crescimento das emissões no futuro.

Face a uma população mundial prevista de 9 bilhões, bem como um aumento dos rendimentos e uma procura crescente por alimentos, a pressão sobre os sistemas agrícolas e alimentares do mundo vai crescer. Pior, a menos que uma ação intencional seja tomada, e mesmo que o necessário aumento de 60 por cento na produção de alimentos para atender à procura efetiva seja atingido, cerca de 300 milhões de pessoas podem ainda permanecer sem acesso adequado a alimentos. Não podemos continuar a ignorar as interdependências entre a fome, a subnutrição, os recursos naturais e o meio ambiente.

Desde a primeira Cimeira do Rio que já sabíamos bastante sobre a natureza dos desafios que enfrentamos e como abordá-los. Onde falhámos foi no reconhecimento e resposta aos desafios de governança que devem ser superados para se tomarem as medidas necessárias para atingir as metas acordadas. Em última análise, o sucesso da erradicação da fome e da transição para padrões sustentáveis de consumo e de produção vai depender das decisões de bilhões de indivíduos, tanto produtores como consumidores. Serão necessárias condições e incentivos favoráveis à tomada de decisões firmes, incluindo mecanismos para identificar e gerir os compromissos, que podem surgir na prossecução destes objetivos múltiplos. **Isto, por sua vez, exige a construção de sistemas de governança justos e eficazes – sistemas que sejam transparentes, participativos, focados nos resultados e que sejam responsáveis – ao nível global, regional, nacional e subnacional.**

Posto isto, é evidente que:

1. A visão de desenvolvimento sustentável do Rio não pode ser realizada a menos que a fome e a subnutrição sejam erradicados.
2. A visão do Rio exige que tanto o consumo de alimentos como os sistemas de produção façam mais com menos.
3. A transição para um futuro sustentável requer mudanças fundamentais na gestão agrícola e alimentar e uma distribuição equitativa dos custos e benefícios da transição

AÇÕES ESSENCIAIS PARA ALCANÇAR O FUTURO QUE QUEREMOS:

1. Estabelecer e proteger os direitos aos recursos, especialmente para os mais vulneráveis

São necessários direitos de propriedade claros para promover o acesso equitativo e a gestão sustentável dos recursos. A posse tem implicações significativas para o desenvolvimento sustentável. Como a intensificação da concorrência global sobre recursos naturais, as assimetrias de poder podem levar os grupos mais vulneráveis a sofrer a perda de acesso aos recursos naturais.

Os países e seus parceiros de desenvolvimento devem utilizar as *Diretrizes Voluntárias para uma governação responsável da posse da terra, pescas e florestas no contexto da segurança alimentar nacional* nas suas estratégias e políticas de segurança alimentar. As diretrizes são uma referência para leis e políticas que regulam o acesso e os direitos de propriedade de terras, pescas e recursos florestais. As diretrizes também podem proporcionar as melhores práticas a investidores e empreendedores e fornecer referências aos grupos da sociedade civil dos direitos à terra, para usarem no seu trabalho em nome das comunidades rurais.

2. Incorporar incentivos para consumo e produção sustentáveis em sistemas alimentares

Para uma transição para um futuro de sistemas agrícolas e alimentares sustentável teremos de “produzir mais com menos” e as dietas terão de ser sustentáveis. Para que os consumidores individuais e os produtores tenham plenamente em conta o valor dos recursos naturais e o ambiente na sua tomada de decisões, os incentivos à produção e consumo sustentáveis devem ser incorporados no planeamento, instituições, tecnologias e cadeias de valor. A informação ao consumidor e a rotulagem, a regulamentação do teor de alimentos e da publicidade, melhores padrões de segurança alimentar e normas voluntárias de sustentabilidade podem promover o consumo sustentável.

Reduzir o desperdício de alimentos não só vai aumentar a oferta de alimentos disponíveis, como também irá poupar os recursos naturais. A diminuição de 50 por cento nas perdas de alimentos e de desperdícios a nível mundial pode salvar 1.350 km³ de água por ano – quase quatro vezes a precipitação anual da Espanha.

Do lado da produção, os incentivos podem ser criados através, nomeadamente, de uma melhor regulação da agricultura – poluição relacionada e utilização de insumos; políticas de crédito, extensão e insumos de abastecimento para apoiar práticas de produção sustentáveis; e pagamentos diretos por serviços ambientais.

3. Promover mercados agrícolas e alimentares justos e eficazes

Mercados agrícolas e alimentares eficazes podem fornecer incentivos a produtores e consumidores para a transição para um consumo e produção sustentáveis. São necessárias mudanças fundamentais para conseguir um sistema mais justo e mais eficaz do comércio internacional, especialmente num momento de preços elevados e voláteis. Uma nova agenda para as negociações comerciais é necessária, com especial atenção para a salvaguarda das necessidades dos países com insegurança alimentar e importadores de alimentos, incluindo mais liberdade para que os países em desenvolvimento possam utilizar políticas domésticas para responder às suas necessidades de segurança alimentar.

Atualmente existem laços mais fortes entre o mercado alimentar e o energético, e devem ser tomados cuidados para que as políticas agrícolas e de energia não agravem a volatilidade dos preços dos produtos. Do lado do consumo, medidas como aumento da flexibilidade nas políticas de biocombustíveis têm sido propostas para reduzir a pressão dos biocombustíveis sobre os mercados alimentares. A abertura dos mercados internacionais das matérias-primas e produtos de energia renovável para que a produção possa ocorrer onde for economicamente, ambientalmente e socialmente mais viável, também ajudaria a expandir o mercado e a reduzir a volatilidade.

Melhorar as infraestruturas dos mercados internos e a construção de cadeias de valor acessíveis aos pequenos produtores e de baixos rendimentos aumenta os seus rendimentos agrícolas e facilitar o acesso aos alimentos.

4. Reduzir riscos e aumentar a resiliência dos mais vulneráveis

Os mercados alimentares em muitos países em desenvolvimento não funcionam bem por causa da infraestrutura insuficiente, instituições fracas e da falta de regulamentação adequada. O bom funcionamento dos mercados domésticos suaviza a variabilidade, facilita a transferência de excedentes de alimentos para outros locais e gere as flutuações de preços ao longo do tempo.

Melhores informações e transparência sobre a oferta, a procura e os *stocks* também podem reduzir a volatilidade nos mercados.

Os pequenos agricultores ainda enfrentam riscos, tanto dos mercados como dos choques ambientais, pelo que reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência dos meios de subsistência e sistemas alimentares é cada vez mais importante, quer no contexto de emergência como de desenvolvimento. A redução de riscos e a adaptação às alterações climáticas devem ser integradas nas políticas nacionais de desenvolvimento (agrícola, de desenvolvimento rural, segurança alimentar e proteção social), bem como nos investimentos públicos. O objetivo deveria ser a ponte entre a resposta humanitária e a ajuda ao desenvolvimento.

5. Investir recursos públicos em bens públicos essenciais, incluindo a inovação e infraestrutura

O financiamento público para a agricultura precisa de ser aumentado e reorientado para bens públicos essenciais, tais como inovação e infraestrutura e para a criação de um ambiente favorável ao investimento privado. Houve um sub-investimento significativo em bens e serviços públicos para a agricultura, especialmente aqueles de relevância para os pequenos produtores, e na co-gestão e gestão de base comunitária de recursos comuns, tais como pesca, florestas e recursos hídricos.

A quantidade e qualidade do investimento para a investigação e divulgação sobre produção sustentável de alimentos e tecnologias de manuseio, bem como em infraestrutura física e institucional para facilitar o investimento privado necessário, tem de ser aumentada. Tecnologias para aumentar a resiliência, variedades de culturas resistentes à seca e ao calor, adaptadas às condições climáticas e geográficas locais e às necessidades dos pequenos agricultores, são claramente importantes no contexto da adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos.

Investimentos públicos específicos em bens públicos e nas instituições devem também apoiar o

investimento privado a realizar uma agricultura sustentável. O investimento público pode aproveitar mais os grandes fluxos de investimento privado ao longo das cadeias de valor, criando um ambiente de investimento favorável e reduzindo as barreiras para a transição para sistemas sustentáveis.

FAO e Rio +20

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) é uma agência especializada. Servindo todos os países, a FAO atua como um fórum neutro, onde todas as nações se reúnem como iguais para negociarem acordos e debater políticas. A FAO é também uma fonte de conhecimento e informação, e ajuda os países em desenvolvimento e em transição a modernizar e melhorar a agricultura, pescas e silvicultura. A FAO tem 191 países membros, dois membros associados e uma organização membro, a União Europeia.

Qual é a missão da FAO?

A missão da FAO é articulada em latim pelo seu lema *fiat panis*, que se traduz por “haja pão”. Alcançar a segurança alimentar para todos é o cerne do trabalho da FAO – para garantir que as pessoas tenham acesso regular a alimentos de alta qualidade e suficientes para levar uma vida ativa e saudável. O seu trabalho comporta sistemas agrícolas, silvícolas, piscatórios e alimentares sustentáveis. A utilização sensata dos recursos naturais e a proteção ambiental, bem como a equidade e o progresso do património económico e social são centrais no programa da FAO.

Como é que a missão da FAO se relaciona com o Rio +20?

As negociações do Rio +20 destacam sete áreas que necessitam de atenção prioritária, nomeadamente postos de trabalho, energia, cidades, água, oceanos, desastres e alimentos. A missão da FAO e as suas ações atravessam cada uma dessas áreas.

Não podemos reivindicar o sucesso do desenvolvimento sustentável até que o direito básico à alimentação para todos tem sido cumprido.

São urgentemente necessárias redes de segurança e sistemas de proteção social. No longo prazo, uma agricultura sustentável reforça os meios de subsistência e satisfaz a crescente procura de alimentos. Reduzir as perdas e desperdícios de alimentos continuará a reduzir a pegada ambiental da agricultura e ajuda a garantir a segurança alimentar. Sinergias entre a segurança alimentar e o consumo e a produção sustentáveis têm de ser realizadas e os compromissos geridos.

Este é o cerne do mandato da FAO.

As principais ações desenvolvidas pela FAO

Neste contexto, as ações da FAO vão desde criação de normas internacionalmente reconhecidas para a alimentação e gestão dos recursos naturais, ao apoio a programas nacionais na agricultura, pescas e silvicultura e à implementação local de uma agricultura, pesca e silvicultura sustentáveis. Juntamente com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e o Programa Alimentar Mundial, a FAO compromete-se em tornar a visão do Rio +20 credível e viável.